



newsletter

Nº 76 – MAIO / 2013

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 76 – MAIO/2013
(circulação limitada)

Assuntos em Destaque

Resumo Fiscal/Legal – Abril de 2013	2
Grupo de Acção Financeira (GAFI) – Novos Padrões de Actuação	3
Revisores e Auditores	6

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL

Assembleia da República - Lei n.º 25/2013, de 8 de Abril - Autoriza o Governo a rever o regime jurídico dos organismos de investimento colectivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 252/2003, de 17 de Outubro.

Tribunal Constitucional - Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013, de 22 de Abril - Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro; declara a inconstitucionalidade consequential da norma do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, na medida em que manda aplicar o disposto no artigo 29.º dessa Lei aos contratos de docência e de investigação; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 77.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 117.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro; não declara a inconstitucionalidade das normas dos artigos 27.º, 45.º, 78.º, 186.º (na parte em que altera os artigos 68.º, 78.º e 85.º e adita o artigo 68.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e 187.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013).

Ministério das Finanças - Portaria n.º 160/2013, de 23 de Abril - Terceira alteração à Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de Março que cria o ficheiro modelo de auditoria tributária e segunda alteração a Portaria n.º 363/2010, de 23 de Junho que regulamenta a certificação prévia dos programas informáticos de facturação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 161/2013, de 23 de Abril - Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte, previstas no regime de bens em circulação.

2/6

OS NOVOS PADRÕES DO GAFI SOBRE A LUTA CONTRA O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E O FINANCIAMENTO DO TERRORISMO: INOVAÇÕES E DESAFIOS



No passado dia 10 de Abril de 2013 realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian uma conferência alusiva ao tema “Os Novos Padrões do GAFI sobre a Luta contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo: Inovações e Desafios”, na qual foram abordadas as recomendações internacionais do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) na luta contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, principalmente no que respeita à revisão efectuada em Fevereiro de 2012.

O GAFI é um organismo intergovernamental, criado em 1989, que tem por objectivo conceber e promover, quer a nível nacional como a nível internacional, estratégias globais de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (BC/FT).

Tem como membros 34 países ou territórios (África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Espanha, E.U.A., Finlândia, França, Grécia, Hong Kong (China), Índia, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República da Coreia, Rússia, Singapura, Suécia, Suíça e Turquia) e duas entidades internacionais (Comissão Europeia e Conselho de Cooperação do Golfo), tendo portanto uma acção universal.

O GAFI efectua avaliações mútuas aos países, sendo os resultados publicados, e acompanha as deficiências e os progressos realizados pelos seus países membros na implementação das medidas necessárias, através de mecanismos de auto-avaliação e avaliação mútua tendo como suporte dessa avaliação as Recomendações emitidas.

Portugal é membro activo do GAFI desde 1990, tendo o seu sistema preventivo e repressivo do branqueamento sido avaliado em três ocasiões, respectivamente em 1994, 1999 e 2006. Os principais resultados da avaliação realizada no âmbito do terceiro ciclo de avaliações mútuas, que foram aprovados na sessão plenária do GAFI de Outubro de 2006, podem ser consultados no site do GAFI.

Evidencia-se que Portugal, nos termos dos procedimentos definidos pelo GAFI, dois anos após a sua avaliação no âmbito da Terceira Ronda de avaliações mútuas, procedeu a uma actualização da informação reportada, a qual destaca os principais desenvolvimentos ocorridos desde Outubro de 2006 e enuncia as medidas adoptadas para responder aos principais comentários do relatório de avaliação.

ORA newsletter

Nº 76 – MAIO/2013
(circulação limitada)

Está prevista a Quarta Ronda de avaliações mútuas a partir de final de 2013, estando a avaliação de Portugal prevista para 2015/2016 (ainda a confirmar).

As Recomendações Internacionais do GAFI

O GAFI emitiu diversas Recomendações, reconhecidas como os padrões internacionais para o combate ao BC/FT, destinadas a prevenir e a reprimir esses crimes. As Recomendações do GAFI foram emitidas em 1990 (as denominadas “Quarenta Recomendações”), tendo sido objecto de três revisões, a última em 2012, por forma a garantir que as mesmas permanecem actualizadas e relevantes e se destinam a ser de aplicação universal.

As primeiras recomendações do GAFI relacionavam-se apenas com o branqueamento de capitais, tendo posteriormente sido alargadas ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição massiva. As recomendações começaram por ser direccionadas apenas a instituições financeiras, sendo agora também dirigidas a outras instituições de âmbito não financeiro.

As Recomendações do GAFI assentam numa abordagem baseada no risco e não são vinculativas (“Soft law”), no entanto tem-se verificado uma grande adesão dos países às mesmas, até porque muitas recomendações já se encontram previstas nas normas internas de cada país.

Na referida conferência foi evidenciado que o momento mais importante na prevenção do BC/FT é quando o cliente/transacção entra no circuito porque depois é mais complicado efectuar-se o rastreio, sendo assim bastante relevante o conhecimento do cliente (“Know your customer”). Apesar da preponderância dada à fase inicial de entrada do cliente no circuito, chamou-se ainda a atenção para a necessidade de actualização da informação do cliente e para o facto de ser dada cada vez mais relevância à necessidade de detecção do beneficiário final das operações (exemplo: beneficiários de seguros, beneficiários finais de contas, relações de controlo existentes, entre outros).

Foi ainda referida a importância da aplicação das recomendações do GAFI, como forma de credibilização do sistema financeiro do país e para que este desempenhe um eficiente papel como motor de alavancagem da economia.



ORA newsletter

Nº 76 – MAIO/2013
(circulação limitada)

Evidenciamos abaixo, de forma reduzida, e conforme abordado na referida conferência, as principais inovações / clarificações com a última revisão efectuada às Recomendações, ocorrida em Fevereiro de 2012:

- Coordenação nacional de prevenção e luta contra o BC/FT (Recomendação 2).
- Identificação, avaliação, compreensão a nível nacional dos riscos de BC/FT (Recomendação 1) – cada Estado deve efectuar o levantamento dos seus riscos de BC/FT.
- Alargamento do âmbito das recomendações (por exemplo a crimes fiscais e financiamento de proliferação de armas de destruição massiva).
- Reforço da abordagem baseada no risco: identificação dos riscos de BC/FT das instituições, gestão e mitigação dos mesmos; o supervisor deve avaliar o perfil de risco da instituição e dos riscos de BC/FT no país.
- Obrigações das instituições financeiras e das empresas e profissionais não financeiras (Recomendações 10, 12, 16, 18 e 19).
- Principais alterações e desenvolvimentos relativos às autoridades competentes.
- Transparência das pessoas colectivas e de *trust* similares (recomendação 24 e 25).
- Reforço da cooperação internacional (Recomendações 36 a 40).
- Sanções (Recomendações 6 e 7).
- Proliferação de armas de destruição massiva (apenas se aplica as Recomendações 2 e 7).



- Cláudia Reis -

Bibliografia:

As Recomendações do GAFI (Fevereiro de 2012).

Conferência “Os Novos Padrões do GAFI sobre a Luta contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo: Inovações e Desafios” (Lisboa, Abril de 2013).

www.fatf-gafi.org; www.dgpj.mj.pt ; www.bportugal.pt

ORA newsletter

Nº 76 – MAIO/2013
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Comissão de Normalização Contabilística tornou público, recentemente, os seguintes documentos que destacamos pelo seu interesse:

- i) Regulamento (CE) nº 301/2013 da Comissão, de 27 de Março, relativo a melhoramentos anuais introduzidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (ciclo 2009-2011).

Estes melhoramentos decorrem do processo regular de aperfeiçoamento das normas e consistiram em clarificações ou correcções às mesmas através de emendas ao Apêndice D da IFRS 1 - “Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, à Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 16 – “Activos Fixos Tangíveis” e à IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”. Os outros três melhoramentos, nomeadamente as emendas à IFRS 1, à IAS 1 – “Apresentação de Demonstrações Financeiras” e à IAS 32 - “Instrumentos Financeiros”, implicam alterações aos requisitos vigentes ou orientações adicionais sobre a forma de aplicar esses requisitos.

- ii) A posição da CNC sobre se “Os subsídios relacionados com activos originam passivos por impostos diferidos?”.

Foi reanalisada a questão do reconhecimento contabilístico de passivos por impostos diferidos relativamente a subsídios relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis, foi revisto o seu entendimento nos termos que se expressam na FAQ 13 (revista), de 9 de Abril de 2013.

Ambos os documentos podem ser obtidos em www.cnc.min-financas.pt.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*